

Serasa amplia informações na análise de perfil

Desde esta segunda-feira (18), consumidores podem permitir que a Serasa conecte contas bancárias ao seu perfil e libere informações das transações realizadas, como os pagamentos de contas básicas para que a análise de crédito fique mais precisa.

O serviço faz parte do Serasa Score, lançado em 2017, que calcula uma pontuação que as empresas podem usar no momento de conceder crédito. A pontuação, que vai de 0 a 1.000, indica para o mercado as chances de o consumidor pagar aquela conta nos próximos seis meses.

Para a análise são considerados dados financeiros como os créditos contratados, histórico de dívidas, pagamento de crédito, pagamento de dívidas, tempo de crédito e consultas ao CPF. De acordo com a Serasa, o Score já foi consultado por mais de 63 milhões de brasileiros de forma gratuita.

Agora, mediante o consentimento prévio do consumidor, as movimentações feitas na conta bancária, como os pagamentos de contas básicas (como água, luz, telefone e outras transações bancárias), também podem ser consideradas para a análise da pontuação. De acordo com Lucas Lopes, diretor da Serasa, o objetivo é dar aos consumidores maior controle sobre suas vidas financeiras e permitir que mais pessoas tenham acesso ao crédito.

“Quanto mais a gente conhece o consumidor e seus hábitos, melhor pode ficar a análise do seu Serasa Score e do seu perfil financeiro. Além de possibilitar um aumento instantâneo na pontuação, a conexão não terá impacto negativo no Score do usuário, beneficiando principalmente as pessoas que não têm acesso ou que não utilizam muito opções de crédito”, afirma Lopes.

No momento, é possível autorizar o serviço apenas por meio do site do Serasa. Segundo a empresa, a funcionalidade também estará disponível no aplicativo Serasa em breve. A conexão é 100% digital e só acontece após o consentimento do usuário.

A Serasa ressalta que não coleta e não solicita outras informações que permitem realizar transações com as contas bancárias e cartões, como, por exemplo, número completo do cartão de crédito associado ao código de segurança (CVV) e sua data de vencimento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO RIO AZUL

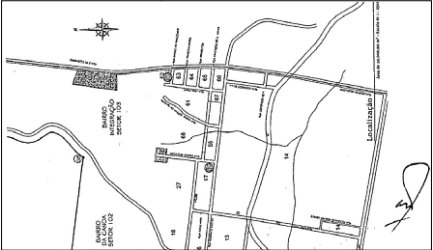
PROCESSO Nº 083/2021- TOMADA DE PREÇO Nº 011/2021- AVISO DE LICITAÇÃO
OBJETO: Execução de obra de pavimentação de ruas com pedras de basalto irregular e implantação dos passeios públicos e da acessibilidade, sob regime de empreitada global, com a utilização de recursos próprios e/ou do Contrato FINISA nº 0601130-06. **DATADA ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 05.11.2021 às 09:00 horas. **EDITAL E INFORMAÇÕES:** junto a Prefeitura Municipal pelo fone (54) 3613-1168 ou pelo e-mail licitacao@barradorioazul.rs.gov.br. Barra do Rio Azul, RS, 18/10/2021. **MARCELO ARRUDA, Prefeito**

PREMIUM TABACOS DO BRASIL S/A

CNPJ nº 05.325.515/0001-85 - Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul NIRE nº 43300057372
Extrato da Assembleia Geral Extraordinária
Data, Hora, Local: 10.08.2021, às 10hs, na sede, Avenida Felisberto Bandeira de Moraes, nº 2.405, Distrito Industrial, Santa Cruz do Sul/RS. **Presença:** 100% do capital social. **Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Carlos Alberto Brand - Presidente, Erasmo de Moura - Secretário. **Deliberações Aprovadas:** (i) foram eleitos para a Diretoria, para o mandato de um ano contado a partir de 02/09/2021, do qual são empossados na presente data: a) **Erasmo de Moura**, brasileiro, casado, industrial, CPF nº 535.143.780-53, RG nº 7047006718, SSP/RS; **Carlos Alberto Brand**, brasileiro, casado, industrial, CPF/MF nº 299.909.550-34, RG 7009344768, SSP/RS; **Adilson Paulo Schaefer**, brasileiro, casado, industrial, CPF/MF nº 586.094.580-91, RG 6034862761, SSP/RS, todos residentes em Santa Cruz do Sul/RS, os diretores eleitos declaram que não estão impedidos de exercer atividades mercantis. (ii) deliberaram os sócios que o valor global da remuneração de 02/09/2021 à 01/09/2021 a ser destinada a diretoria será de até R\$ 2.500.000,00, distribuídos entre os Diretores conforme deliberado pelos mesmos. **Encerramento:** Nada mais. **Acionistas presentes:** **Romeu Alcívio Müller, Santa Rafaela Administração e Participações Ltda.**, por Carlos Alberto Brand e **Premium Tobacco Brazil Holdings Limited**, por Assidor Rathke. **Carlos Alberto Brand** - Presidente; **Erasmo de Moura** - Secretário. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico o registro sob o nº 7840899 em 24/08/2021 da Empresa: Premium Tabacos do Brasil S/A, CNPJ nº 05.325.515/0001-85 e Protocolo 212775081 de 11/08/2021. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário Geral.

Edital de Desmembramento

Bel. ACIR JOSÉ WIDE, Oficial dos Registros Públicos da Comarca e Município de Sapiranga/RS.
FAZ SABER a todos os interessados, em cumprimento ao disposto no artigo 18, da Lei Federal nº. 6.766/79 e legislação correspondente, que ANILDO MACHADO DE OLIVEIRA, agricultor, portador da CI nº. 1023865833, inscrito no CPF/MF sob o nº. 205.691.490-53 e sua mulher MARIA SILVANA DE OLIVEIRA, do lar, inscrita no CPF/MF sob o nº. 550.814.600-87, brasileiros, casados pelo regime de comunhão parcial de bens, desde 27/10/1984, residentes e domiciliados à Av. Dois de Dezembro, nº 950, em Nova Hartz/RS, na condição de proprietários e loteadores DEPOSITARAM, neste Ofício de Registro de Imóveis, situado à Avenida João Corrêa, nº. 1.260, sala 27, os documentos exigidos pela Lei nº. 6.766/79, para o registro do desmembramento sem denominação, a ser implantado no imóvel matriculado sob o nº. 23.173, em 26/05/2011, consistente de: “Uma área de terras -forma de um trapézio irregular, situada na zona urbana do Município de Araricá/RS, na quadra 62, setor 103 do Plano Diretor - Bairro Integração -, com a área superficial de 20.000,00m² (vinte mil metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice “A” de coordenadas E 508.548,953m e N 6.724.515,260m, ponto situado no alinhamento esquerdo da rua, sentido Centro - Bairro, distante 313,24m da esquina da Rua Barão do Amazonas que lhe fica ao sul e na interseção da divisa com as terras de propriedade de Raioli Participações e Empreendimentos S/A com as usucapienda; deste, na configuração, leste segue a medida de 219,10m com azimute den 4°55’23”, confrontando-se neste trecho com a Rua 2 de Dezembro - lado ímpar -, chega-se no vértice “B”, localizado nas divisas das terras de Alcindo Grins com o alinhamento da Rua 2 de dezembro - lado ímpar - coordenadas E 508.567,756m e N 6.724.733,553m; deste, ao norte, mede a distância de 83,95m, com o azimute de 288°14’23”, confrontando-se neste trecho com terras de propriedade do Sr. Alcindo Grins, chega-se no vértice “C”, localizado nas divisas das terras de Alcindo Grins com as de Jair Schuler; coordenadas E 508.488,029m e N 6.724.759,827m; deste, ao oeste, mede a distância de 249,02m, com o azimute de 186°39’39”, confrontando-se neste trecho com terras de propriedade do Sr. Jair Schuler, chega-se no vértice “D”, localizado nas divisas das terras de Jair Schuler com as de Raioli Participações e Empreendimentos S/A, coordenadas E 508.459,145m e N 6.725.512,578m; deste, inflete para a esquerda, na configuração sul, medindo 89,85m, confrontando-se neste trecho com terras de Raioli Participações e Empreendimentos S/A, com azimute de 88°13’51”, chega-se no ponto inicial desta descrição, fechando assim o perímetro”, de propriedade dos requerentes/depositantes, consoante registro nº. R-1-23.173, de 26/05/2011, livro 2-RG, deste Ofício. Localização:



O projeto de desmembramento obteve aprovação definitiva em 28/04/2020, pelo Município de Araricá; Termo de Anuência Prévia nº. 165/2018, processo nº. 18/1364-0004640-2, de 29/11/2018, expedida pela METROPOLAN; Licença de Operação LO nº. 010/2020, de 17/04/2020, expedida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA - Município de Araricá. Demais documentos pertinentes integram o processo de registro correspondente e que tramita neste Ofício. E, para que chegue ao conhecimento de todos, expede-se este edital para ser afixado no átrio deste Ofício e publicado em jornal, por três (3) dias consecutivos, podendo ser impugnado por aqueles que se julgarem prejudicados, no prazo de quinze (15) dias, contados da última publicação. A documentação apresentada fica à disposição dos interessados, durante o horário de expediente do Serviço de Registro de Imóveis: 8:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 16:30hs (de segunda a sexta-feira), no endereço antes referido. Findo o prazo, sem impugnação, será procedido o registro do loteamento, na forma determinada pelo parágrafo primeiro, do artigo 19, da Lei Federal Nº. 6.766/79.
Sapiranga, 06 de outubro de 2021.
Bel. ACIR JOSÉ WIDE
Oficial do Registro

Documento assinado por REJANE SCHIERHOLT: 65655834049. O hash SHA256 do documento é 1B695FD7FEAE8F8674E71 F3C228FC1E788CD8A1982DA941 F733775984AD666F

EDITAL DE LOTEAMENTO

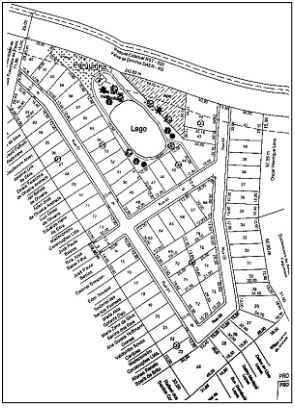
Tomaz Artur Lucena Junior, Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de São Francisco de Paula, faz saber aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que Madeconstro Construções Ltda., CNPJ nº. 02.376.890/0001-66, estabelecida na Rua Carlos Barbosa, 225, Bairro Centro, na cidade de São Francisco de Paula/RS; cumprindo as exigências da Lei nº. 6.766/79, requer o depósito de documentos e o registro do **Loteamento São Miguel II**. O loteamento será implantado em uma área com o total de 47.382,00m2 (quarenta e sete mil, trezentos e oitenta e dois metros quadrados), **matriculada sob o nº. 18.522, livro 2 do Registro de Imóveis de São Francisco de Paula**, e está situada na cidade de São Francisco de Paula, situada ao lado do Loteamento São Miguel, com as seguintes medidas e confrontações: **pela frente, ao sudeste**, em parte com terreno de Rafael dos Santos Costa, onde mede 32,00m (trinta e dois metros), em parte com terreno de Afonso Renato Sperb de Brito, onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Madeconstro Construções Ltda., onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Valdomiro Souza Cardoso, onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Ana Gorete Hoffmann Gomes, onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Maria Zenir da Silva Santos dos Reis, onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Maria Alda Grifante Dias, onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Sedenel dos Santos Palmeira, onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Eder Scussel, onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Cedineli Bresolin, onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de José Paulo Bastos, onde mede 14,00m (quatorze metros), em parte com a Rua José Basei Filho, onde mede 13,00m (treze metros), em parte com terreno de José Paulo Bastos, onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Madeconstro Construções Ltda., onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Eduardo Hehn da Silva, onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Luiz Gross de Oliveira, onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Adair José de Oliveira Andrade, onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Jair Batista de Oliveira, onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Zoraia Terezinha de Oliveira Andrade, onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Jocelino Link da Silva, onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Claudimiro de Almeida Alves, onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Irineu David Paffrath Mazzurana, onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Ilda Dutra da Silva, onde mede 12,00m (doze metros), em parte com terreno de Ildamar José Lucas, onde mede 8,90m (oito metros e noventa centímetros); **pelos fundos, ao norte**, por uma linha confrontando com a Rodovia Estadual RST – 020 – Faixa de Domínio do DAER – RS, onde mede 242,85m (duzentos e quarenta e dois metros e oitenta e cinco centímetros); **por um lado, ao leste**, em parte com terreno de Oscar Henrique Lenz, onde mede 97,55m (noventa e sete metros e cinquenta e cinco centímetros), em parte com terreno de Sucessores de Armando Cardoso Fagundes, onde mede 91,80m (noventa e um metros e oitenta centímetros) em parte com terreno de Wilson Lames de Andrade, onde mede 39,00m (trinta e nove metros) e em parte com terreno de Daltro de Lima Lopes, onde mede 15,30m (quinze metros e trinta centímetros), em parte com terreno de Daltro Manique Lopes, onde mede 15,30m (quinze metros e trinta centímetros), em parte com terreno de Sucessores de Domêciano Lopes, onde mede 14,60m (quatorze metros e sessenta centímetros) e em parte com terreno de Maria Gessi da Silva Dutra, onde mede 31,65m (trinta e um metros e sessenta e cinco centímetros); **e por outro lado, a oeste**, com terreno da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula, onde mede 71,90m (setenta e um metros e noventa centímetros). A área foi adquirida por compra e venda, através do R.1/18.522, de Ory Andrade de Souza e sua esposa, Marlene Reis de Souza. Em cumprimento ao que dispõe o art. 19 da citada Lei, vai impresso abaixo o mapa da área loteada:

As impugnações daqueles que se julgarem prejudicados deverão ser apresentadas dentro do prazo de quinze dias, contados da 3ª e última publicação do presente edital, em conformidade com a Lei 6.766/79. A documentação ficará disponível dos interessados durante o horário de expediente deste Cartório – 9h até 11h30min e das 13h até 17h. Findo o referido prazo, sem qualquer impugnação, será o loteamento registrado, conforme preceitua o § 1º do artigo supra citado. O Registro de Imóveis se localiza na Rua Barão de Santo Ângelo, 207, sala 02, São Francisco de Paula-RS. Telefone: 54 3244 1359.

São Francisco de Paula, 19 de outubro de 2021

Tomaz Artur Lucena Junior – Oficial

2ª Publicação



PREMIUM TABACOS DO BRASIL S/A

CNPJ nº 05.325.515/0001-85
ESTATUTO SOCIAL
Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto Social e Duração: Artigo 1º. A Sociedade Anônima, de capital fechado, tem a denominação social de **Premium Tabacos do Brasil S/A**, com sede à Avenida Felisberto Bandeira de Moraes, nº 2.405, Distrito Industrial, em Santa Cruz do Sul - RS, CEP 96.835-900, sendo regida pelo presente Estatuto Social e pela demais legislação aplicável. **§ 1º** - A sociedade resolve encerrar o seguinte depósito fechado: Depósito Fechado 03 - CNPJ nº 05.325.515/0008-51, localizado na Avenida Felisberto Bandeira de Moraes, nº 650, no Distrito Industrial, município de Santa Cruz do Sul - RS, CEP 96.835-900, inscrita na JUCERGS sob nº 43.901.542.267. **§ 2º** - A sociedade possui ainda os seguintes depósitos fechados e filiais: Depósito Fechado 02 - CNPJ nº 05.325.515/0007-70, localizado na Rodovia BR 471, s/n Km 46, no Distrito Industrial, município de Santa Cruz do Sul - RS, CEP 96.835-642, inscrita na JUCERGS sob nº 43.901.468.920; Depósito Fechado 04 - CNPJ nº 05.325.515/0011-57, localizado na Avenida Castelo Branco, nº 1570, no Distrito Industrial, município de Santa Cruz do Sul - RS, CEP 96.800-000, inscrita na JUCERGS sob nº 43.901.675.186; - Filial 01 - CNPJ nº 05.325.515/0004-28, localizada na Rodovia BR 101, Km 436, nº 855, Bairro Januária, em Sombrio - SC, CEP 88.960-000, inscrita na JUCESC sob nº 42.900.629.082; - Filial 02 - CNPJ nº 05.325.515/0003-47, localizada na Rua Willand Kurt, nº 107, esquina com a BR 470, Km 135, Bairro Rainha, em Rio do Sul - SC, CEP 89.160-000, inscrita na JUCESC sob nº 42.900.629.091; - Filial 03 - CNPJ nº 05.325.515/0005-09, localizada na Rua Antônio Cândido Cavalin, nº 270, em Irati - PR, CEP 84.500-000, inscrita na JUCEP sob nº 41.900.825.638; - Filial 04 - CNPJ nº 05.325.515/0009-32, localizada na BR 282, Km 580, no Distrito Industrial Machado, em Pinhalzinho - SC, CEP 89.870-000, inscrita na JUCESC sob nº 42.900.959.660; - Filial 05 - CNPJ nº 05.325.515/0010-76, localizada na Rua Caetano Costa, nº 1325, no centro, em Canoinhas - SC, CEP 89.460-000, inscrita na JUCESC sob nº 42.900.960.641. **§ 3º** - A Sociedade poderá, por deliberação dos acionistas, instalar e extinguir filiais, escritórios, depósitos e outras dependências em qualquer parte do território nacional ou do exterior, fixando-lhes, para fins e efeitos legais, o respectivo capital, alocado do capital da matriz. **Artigo 2º.** Os objetivos sociais são: beneficiamento e expurgo, industrialização e comércio de tabacos *in natura*, beneficiados e picados para fabricação de cigarros e artigos de tabacaria; exportação e importação de artigos de seu ramo de atividade; importação e comercialização de máquinas e equipamentos para beneficiamento de tabaco e fabricação de cigarros e qualquer outro produto; comercialização de essências para cigarros, charutos, cachimbos e produtos afins; comercialização de fertilizantes, pesticidas e quaisquer produtos agrícolas; participação em outras sociedades comerciais. **Artigo 3º.** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações: Artigo 4º.** O capital social é de R\$ 4.408.584,00, dividido em 4.408.584 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 5º.** As ações são indivisíveis em relação à Sociedade e a cada uma das ações ordinárias corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, não computados os votos em branco. **§ Único.** A Sociedade poderá, a critério da Diretoria ou por solicitação do acionista, emitir títulos múltiplos de ações ou cautelares que provisoriamente as representem, que deverão conter todos os requisitos legais exigidos, inclusive a assinatura de dois Diretores, bem como poderá desdobrar os títulos emitidos, às expensas do acionista que assim solicitar. **Artigo 6º.** A Assembleia Geral estabelecerá as condições e critérios para a alteração do capital social e para a emissão e subscrição das ações, bem como a respectiva forma de integralização. **Artigo 7º.** É garantido aos acionistas o direito de preferência à subscrição de novas ações, pelo prazo decadal de 30 dias fixado pela Assembleia Geral que aprovar o aumento do capital social. **Artigo 8º.** A Sociedade, respeitados os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, poderá adquirir suas próprias ações, mediante a utilização de lucros ou reservas, ou por doação, assim como procederá ao resgate das ações de titularidade de acionista que se tornar insolvente, neste caso pelo respectivo valor patrimonial contábil apurado em balanço patrimonial levantado no último dia do mês anterior ao da realização da Assembleia Geral que aprovar o resgate das ações. **§ Único.** As ações da Sociedade em tesouraria não terão direito a voto, enquanto não estiverem novamente colocadas em circulação. **Artigo 9º.** Ressalvado o disposto em Acordo de Acionistas, a cessão, transferência, oneração, alienação e/ou qualquer outra operação que altere a titularidade das ações ou afete os direitos inerentes às ações da Sociedade dependerá da prévia e expressa autorização, por escrito, de acionistas titulares da totalidade das ações da Sociedade. **Capítulo III - Dos Órgãos da Sociedade: Artigo 10.** São órgãos da Sociedade: a) a Assembleia Geral; b) a Diretoria; e c) o Conselho Fiscal. **Seção Primeira - Da Assembleia Geral: Artigo 11.** A Assembleia Geral dos acionistas é o órgão soberano da Sociedade, com poderes para decidir todas as matérias relativas a seus interesses, reunindo-se, ordinariamente, nos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas. **§ 1º.** A Assembleia Geral será presidida e secretariada pelas pessoas que para tanto forem indicadas pelos acionistas presentes. **§ 2º.** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, ou na forma de Lei, sendo assegurado aos acionistas titulares de, no mínimo, 10% da totalidade das ações da Sociedade o direito de serem convocados por telegrama e na pessoa de seus procuradores ou representantes legais, independentemente de solicitação e observadas as demais prescrições legais aplicáveis. **Artigo 12.** Somente poderão votar nas Assembleias Gerais os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro competente, até 8 dias antes da realização da Assembleia. **Artigo 13 -** As seguintes matérias, além das demais previstas neste Estatuto, serão de competência da Assembleia Geral de Acionistas e só serão válidas, legítimas e eficazes perante a Sociedade, os acionistas e terceiros, se aprovadas por acionistas titulares da totalidade das ações da Sociedade com direito de voto, observadas e ressalvadas as disposições estabelecidas em Acordo de Acionistas: a) reformar o estatuto social; b) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Sociedade e fixar-lhes os respectivos poderes e atribuições; c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas e sobre a retenção de lucros pela Sociedade; d) levantamento de balanços intermediários e distribuição dos resultados neles apurados; e) autorizar a emissão de debêntures; f) suspender o exercício dos direitos de acionista; g) deliberar sobre a avaliação de bens com o acionista concorrer para a formação do capital social; h) deliberar (i) sobre a transformação ou a cisão parcial da Sociedade e (ii) sobre a extinção da Sociedade, mediante sua fusão, incorporação ou cisão total, ou mediante sua dissolução e liquidação, neste caso elegendo e destituindo os liquidantes e julgando-lhes as contas; i) autorizar os administradores a confessar falência e requerer a recuperação judicial ou extrajudicial; e j) autorizar os administradores a conceder, em nome da Sociedade, garantias a terceiros em favor de sociedades por ela controlada. **§ Único.** As demais deliberações da Assembleia Geral serão válidas, legítimas e eficazes, perante a Sociedade, os acionistas e terceiros, se aprovadas por acionistas titulares de, no mínimo, a maioria absoluta da totalidade das ações de Sociedade, respeitadas as disposições estabelecidas em Acordo de Acionistas. **Seção Segunda - Da Diretoria: Artigo 14.** As funções executivas da administração da Sociedade serão exercidas pela Diretoria, a quem competirá assegurar o funcionamento normal da Sociedade e a consecução dos objetivos sociais, praticando todos os atos e operações necessários e julgados convenientes à realização das atividades e operações a que a mesma se propõe, como também exercer as demais funções que lhe são ou venham a ser validamente atribuídas pela Assembleia Geral. **Artigo 15.** A Diretoria será composta por até 5 membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos ou reeleitos, com mandato de 1 ano, pela Assembleia Geral e por esta destituíveis a qualquer tempo, respeitadas as disposições estabelecidas em Acordo de Acionistas. **§ 1º.** A fixação dos poderes, as atribuições e as designações dos Diretores serão determinadas, para cada mandato, segundo deliberação tomada pela Assembleia Geral que os eleger. **§ 2º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem. **Artigo 16.** Os Diretores perceberão a remuneração que lhes for fixada anualmente pela Assembleia Geral e serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura, nos 30 dias que se seguirem à sua nomeação, de termo de posse lavrado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria. **§ Único.** Os Diretores estão isentos de prestar caução e permanecerão no cargo e no exercício efetivo de seu mandato e de suas funções até a designação e posse de substitutos. **Artigo 17.** Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer dos membros da Diretoria, as funções inerentes ao cargo vago serão distribuídas entre os demais Diretores, respeitado o disposto em Acordo de Acionistas. **§ Único.** Nas ausências ou impedimentos definitivos de qualquer dos membros da Diretoria, o cargo vago será preenchido por ocasião da primeira Assembleia Geral que se realizar a partir do evento, respeitado o disposto em Acordo de Acionistas. **Seção Terceira - Da Representação da Sociedade: Artigo 18.** A Sociedade ficará validamente representada e obrigada, em Juízo e fora dele, pela assinatura isolada de um Diretor. **§ 1º.** A Sociedade ficará, da mesma forma, validamente obrigada e representada pela assinatura isolada ou conjunta dos procuradores com poderes especiais ou judiciais que venham a ser nomeados pela Sociedade, conforme seja estabelecido no respectivo instrumento de mandato. **§ 2º.** As procurações outorgadas pela Sociedade na forma deste Artigo deverão (i) especificar os poderes conferidos, bem como (ii) conter prazo de validade determinado, exceto as procurações “ad judicium”, que terão prazo de validade indeterminado. **Artigo 19.** Sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal a que estará sujeito o infrator, é vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador ou procurador da Sociedade que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas aos interesses sociais, inclusive na concessão a terceiros de avais, fianças ou garantias análogas, salvo nos casos em que tais garantias sejam concedidas em favor de sociedades controladas pela própria Sociedade e sejam prévia e expressamente autorizadas em Assembleia Geral. **Artigo 20.** A prática, pelos Diretores e em nome da Sociedade, de qualquer dos atos e/ou operações a seguir indicados, só será válida, legítima e eficaz perante a Sociedade e terceiros mediante a prévia, expressa e escrita aprovação de acionistas titulares da totalidade das ações da Sociedade com direito a voto, aprovação esta que (i) independe da realização de Assembleia Geral de acionistas para formalizá-la e (ii) será formalizada por intermédio de carta, fac-símile, mensagem eletrônica (e-mail), telegrama e/ou outro meio válido enviado pelo acionista e/ou por seu representante ou procurador para a Diretoria da Sociedade, ou no próprio documento que instrumentalize o ato ou operação: a) a celebração de contratos de associação com terceiros para exploração, diretamente pela Sociedade ou indiretamente por intermédio de sociedades controladas pela Sociedade, de novos negócios e/ou empreendimentos; b) a constituição de novas sociedades da qual a Sociedade venha a participar como sócia ou acionista, assim como (i) a participação da Sociedade em novas sociedades ou (ii) qualquer alteração da participação possuída pela Sociedade nas sociedades de que a Sociedade participe ou venha a participar; c) a participação, em representação da Sociedade, em quaisquer Alterações do Contrato Social ou Assembleias/Reuniões de Sócios ou Assembleias Gerais de sociedades de que a Sociedade participe ou venha a participar; d) a aquisição, alienação ou oneração de bens ou direitos integrantes do ativo não circulante da Sociedade, em valor que exceda a R\$ 500.000,00 para qualquer operação isolada ou conjunto de operações vinculadas, realizadas de forma simultânea ou não, cujo valor individual não exceda tal limite, mas cujo valor conjunto supere R\$ 500.000,00; e) a realização de investimentos, sob qualquer forma, em bens ou direitos não integrantes do ativo circulante das sociedades controladas pela Sociedade, em valor que exceda a R\$ 500.000,00 para qualquer operação isolada ou conjunto de operações vinculadas, realizadas de forma simultânea ou não, cujo valor individual não exceda tal limite, mas cujo valor conjunto supere R\$ 500.000,00; **Seção Quarta - Do Conselho Fiscal: Artigo 21.** A Sociedade poderá ter um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto de 3 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, e que só será instalado por deliberação da Assembleia Geral, nos casos e forma previstos em Lei. **§ Único.** A Assembleia Geral, que deliberar sobre o Conselho Fiscal, elegerá seus membros e fixará a respectiva remuneração. **Capítulo IV - Do Exercício Social, Balanço, Lucros Líquidos e Dividendos: Artigo 22.** O exercício social tem início em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim do exercício social serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras previstas em Lei. **Artigo 23.** A Sociedade poderá levantar balanços intermediários, em qualquer época do ano, e distribuir os resultados neles apurados, procedendo na forma do disposto neste Estatuto Social, em Acordo de Acionistas, na legislação e nos regulamentos aplicáveis, assim como reconhecer em favor dos acionistas o crédito/pagamento de Juros do Capital Próprio. **Artigo 24.** Os lucros líquidos, anual e regularmente apurados na forma da lei, serão aplicados: a) na constituição Reserva Legal, que não excederá a 20% do capital social, observado o disposto no Artigo 193, do § Primeiro, da Lei nº 6.404/1976, na base de 5% do lucro líquido do exercício; b) 1% para pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, na proporção das ações que possuírem; e c) o saldo remanescente terá a aplicação que a Assembleia Geral definir, no interesse social, com prioridade para distribuição como dividendos aos acionistas, mas sempre observado o disposto em Acordo de Acionistas. **Artigo 25.** Por deliberação da Assembleia Geral, os dividendos atribuídos aos acionistas poderão ser acrescidos de juros até o respectivo pagamento e, se não forem reclamados no período de 3 anos, prescreverão em favor da Sociedade. **Capítulo V - Da Extinção da Sociedade: Artigo 26.** A Sociedade se extinguirá: a) mediante sua regular dissolução e liquidação (i) nos casos previstos em Lei ou, (ii) conforme previsto no Artigo 206, inciso 1 - b”, da Lei nº 6.404/1976, sempre que qualquer dos acionistas manifestar, expressamente e por escrito, aos demais acionistas e à Diretoria da Sociedade, seu interesse em descontinuar a Sociedade, dissolvendo-a; ou b) mediante sua regular cisão total conforme previsto nos Artigos 219 - II e 229 da Lei nº 6.404/1976, com a versão de todo o seu patrimônio para as sociedades acionistas da própria Sociedade, caso esta que deverá processar-se, também, sempre que qualquer dos acionistas manifestar, expressamente e por escrito, aos demais acionistas e à Diretoria da Sociedade, seu interesse em descontinuar a Sociedade. **§ 1º.** Na hipótese de dissolução e liquidação da Sociedade, até a sua extinção, serão nomeados três liquidantes pela Assembleia Geral, para os fins discriminados em Lei, devendo o procedimento de liquidação observar o disposto em Acordo de Acionistas. **§ 2º.** Na hipótese de cisão total da Sociedade, os acionistas deverão realizar uma Assembleia Geral para proceder à correspondente operação, devendo a mesma observar o disposto em Acordo de Acionistas. **Capítulo VI - Disposições Gerais: Artigo 27.** A Sociedade reconhecerá e dará cumprimento aos acordos que sejam celebrados entre seus acionistas, especialmente aqueles relativos à alienação ou aquisição de ações, bem como aqueles que visem regular direitos e obrigações entre os acionistas, estabelecendo matérias e respectivos mecanismos para aprovação, que serão depositados junto à Sociedade, a qual velará, por intermédio de sua Diretoria, pela fiel observância dos seus termos. **Artigo 28.** As eventuais garantias prestadas pelos acionistas a favor da Sociedade deverão ser proporcionais a participação de cada acionista. **Artigo 29.** O foro da sociedade será o foro de Santa Cruz do Sul - RS. Santa Cruz do Sul (RS), 14.01.2014. **Romeu Alcívio Müller** - Presidente; **Carlos Alberto Brand** - Secretário. **Romeu Alcívio Müller, Santa Carolina Investimentos Imobiliários e Participações Ltda** - Carlos Alberto Brand. JUCERGS. Certifico o registro em 03/07/2014 sob o nº 3964237 e Protocolo 14/012347-4 de 29/01/2014. José Tadeu Jacoby - Secretário Geral.